

Aldeamentos indígenas no Piauí colonial, uma avaliação da potencialidade arqueológica no município de Tanque do Piauí – PI

Indigenous villages in colonial Piauí, an assesment of the archaeological potential in the municipality of Tanque do Piauí - PI

Rodrigo Lessa

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil
rodrigo.lessa@univasf.edu.br

RESUMO

Na segunda metade do século XVIII fundaram-se dois aldeamentos na porção central do Estado do Piauí, limite da mesorregião região Sudeste do Piauí: São João de Sende e São Gonçalo do Amarante. Sua localização corresponde, respectivamente, aos atuais municípios de Regeneração e Tanque do Piauí. Ainda que tenham recebido indígenas de outras etnias, como os Aroases, seu objetivo foi abrigar sobretudo Gueguês e Acroás. Criados após o diretório dos índios e da expulsão dos Jesuítas, sua duração foi bastante limitada (1765-1792) e sua administração foi praticamente leiga, dada a dificuldade em indicar religiosos para atuar ali. Os moradores atuais, que reocuparam a área há por volta de 100 anos, relacionam a maioria das estruturas de pedra observadas atualmente a uma suposta presença religiosa: jesuítica ou franciscana. Os resultados aqui expostos dão conta destas estruturas e de outros vestígios arqueológicos existentes atualmente na região, e que testemunham a existência do aldeamento. As paredes e os espaços que elas delimitam materializam as particularidades de um aldeamento parcialmente alheio a lógica catequizadora que preconizou os demais aldeamentos do Brasil Colonial, todavia com características práticas muito similares.

Palavras-chave: Gueguês; São João de Sende; Muros de pedra.

ABSTRACT

In the second half of XVIII century it was founded two settlements in the South Central Piauí: São João de Sende and São Gonçalo do Amarante. Their location were approximately where currently are Regeneração and Tanque do Piauí cities respectively. Even indigenous from several people were sent there, as aroases, They were built specially to house Gueguês and Acroás. Founded after the “diretório dos índios” proclamation and Jesuits expulsion, the management of those settlements were made by non priests and their duration were too short (1765-1792). In this paper we are going to discuss specially about São João de Sene settlement. People who currently live in this área usually relate most archaeological remains to a supposed jesuit or franciscan presence. Our results show that there are several rock structures and other features that testify settlements existence. Those walls and the spots aparted by them materialize

particularities of settlements founded outside from the catechist logics practiced on the other Colonial Brazil settlements, even so there are plenty similarities in some aspects.

Keywords: Gueguês; São João de Sendé; Rock walls.

1 INTRODUÇÃO

Como grande parte dos territórios do Novo Mundo a região que corresponde ao atual Estado do Piauí estava desde muito antes da chegada do colonizador ocupada por diversos grupos nativos. O primeiro documento que fornece um inventário das etnias indígenas que ocupavam o Sertão Piauiense é o relato do Padre Miguel de Carvalho de 1697. Ele enumera ao menos 37 grupos ocupando a região durante os primeiros contatos (Carvalho, 1697 como citado em Ennes, 1938). Alguns historiadores que se dedicam a temática indígena entendem que o Piauí foi por bastante tempo uma espécie de corredor ou refúgio para os grupos expulsos da Bahia e do Vale do São Francisco (Medeiros, 2002).

A Capitania do Piauí foi uma das últimas do nordeste a ser colonizada, já que o foco dos colonizadores num primeiro momento foram as áreas costeiras. Após o aumento populacional das áreas litorâneas, entretanto, necessitou-se garantir às populações ali assentadas recursos básicos para a sua sobrevivência, assim seguiu-se a instalação de uma série de fazendas e currais de gado que abasteceriam o litoral.

Os grupos indígenas, ao longo desse processo, foram intensamente caçados por bandeirantes e mercenários da qualidade de João do Rego Castelo Branco e Domingos Jorge Velho até praticamente serem exterminados. Contudo, assim como no restante do país, também no território piauiense, alguns mecanismos prolongaram a sua existência, ainda que nem sempre de forma pacífica. Entre esses estavam a negociação entre colonos e indígenas que assumiam, através do apelo ao próprio Imperador por exemplo, diferentes papéis na sociedade (Dantas et al., 1992); e os movimentos de resistência que ficaram conhecidos como Guerra dos Bárbaros (Pires, 2004), entre os quais pode-se incluir aqueles nos quais estiveram envolvidos os indígenas Pimenteira, Gueguê a Acaroás, entre outros. Um dos principais elementos utilizados para a 'domesticação' desses grupos, entretanto, foi a sua conversão à fé cristã, sob a tutela de ordens religiosas, como jesuítas e franciscanos nos aldeamentos por eles administrados a pedido da coroa (Almeida, 2001). Nos aldeamentos os indígenas eram obrigados a abandonar suas práticas religiosas e sociais, e se acostumar aos hábitos e religião europeia. Miranda (2004 como citado em Oliveira, 2007) identificou no Estado

piauiense até a data do diretório dos índios (1759), que culminou com a expulsão dos religiosos jesuítas, cerca de oito aldeamentos, dois dos quais fundados na segunda metade do século XVII, e os demais no século XVIII, são estes os que aqui nos debruçamos.

Na porção limítrofe da região Sudeste do Estado, microrregião de Picos, existiram na segunda metade do século XVIII dois importantes aldeamentos indígenas nas proximidades de Oeiras, primeira capital do Piauí. Estes aldeamentos receberam as populações nativas que para garantir a própria sobrevivência submeteram-se a redução, ainda que ali houvesse relatos de insubordinação. O aldeamento de São Gonçalo do Amarante corresponde ao lugar onde implantou-se o município de Regeneração. Há poucos quilômetros dali existe atualmente uma pequena localidade de nome São João do Sene, administrativamente dependente do município de Tanque do Piauí, e que, de acordo com a literatura, pode ter suplantado o antigo aldeamento quase homônimo de São João do Sende (Miranda, 2005; Oliveira, 2007). A localização destes dois aldeamentos era estratégica, já que ambos estavam a poucas léguas da então capital Oeiras, de modo que os indígenas ali assentados poderiam ser mantidos sob intensa vigilância.

Nos aldeamentos de São João de Sende e de São Gonçalo do Amarante viveram indígenas de diferentes etnias, inclusive inimigas, apesar da existência de proibição por lei real. Sua permanência nesses locais foi uma importante estratégia de resistência, na medida em que, os grupos que não aceitaram a redução foram impiedosamente caçados e assassinados. Entretanto, a vida nos aldeamentos no século XVIII no Sudeste do Piauí não era fácil. Os indígenas sofreram diversos tipos de violência, sendo inclusive submetidos a muitas formas de trabalho compulsório.

Alguns documentos e narrativas como as de Spix e Martius (1968) dão conta que nos aldeamentos dessa região os índios estavam abatidos e doentes e que a paisagem exibia construções extremamente pobres, possivelmente feitas com madeira e palha, materiais que rapidamente desapareceriam em contextos arqueológicos. Entretanto, após algumas visitas e prospecções na região, constatou-se a existência de estruturas de pedras empilhadas em formas de muros e possíveis fundações de edificações. Como a matéria-prima aflora localmente, a origem antrópica de algumas dessas estruturas carece de confirmação.

Relatos de moradores informam lugares específicos e narrativas mitológicas nas quais indígenas estiveram supostamente envolvidos. Assim, observa-se como a memória local está também fundada na presença indígena. Sr. Francisco Carvalho,

escritor local de pequenos contos, em Tanque do Piauí redigiu diversas narrativas que envolvem as populações indígenas que teriam habitado a região (Carvalho, n.d.). Noutras pequenas localidades nas redondezas, como Ferreiro, Angical e Rancharia existem evidências inquestionáveis da presença indígena. Potes, vasilhas e cachimbos cerâmicos e utensílios líticos foram encontrados nessas localidades. Nesse sentido, a pesquisa conduzida tem evidenciado o potencial arqueológico da área.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo busca realizar uma revisão na historiografia existente sobre os aldeamentos constituídos no século XVIII na porção central do Estado piauiense, mesorregião Sudeste do Piauí, em especial o aldeamento de São João de Sende. Para evidenciar a presença indígena e concomitantemente expor a materialização do aldeamento através dos resultados preliminares obtidos por meio de prospecções oportunistas que levaram em consideração localidades indicadas por moradores como possíveis sítios arqueológicos no entorno do município de Tanque do Piauí- PI (Figura 1). Embora essa área esteja bem documentada do ponto de vista historiográfico, no que diz respeito a pesquisa arqueológica foi explorada apenas pelo trabalho de Costa (2015), que indicou alguns pontos de interesse arqueológico nos municípios vizinhos de Regeneração e Amarante dialogando com a perspectiva da arqueologia da paisagem.

Figura 1

Mapa municipal de Tanque do Piauí.



Disponível em IBGE (2019).

3 BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA INDÍGENA NO PIAUÍ COLONIAL

As populações nativas no Piauí remontam a muito antes do período colonial. centenas de sítios arqueológicos com registros gráficos na Serra da Capivara no Sudeste do estado (Pessis, 2003) e no Parque Nacional de Sete cidades indicam que a região já era ocupada milhares de anos antes da chegada dos colonizadores europeus. A presença colonizadora, entretanto, se fez no Piauí pelas mãos dos homens da Casa da Torre, Francisco Garcia D'ávila e Domingos Afonso Sertão no final do século XVII.

No período colonial, como mencionado anteriormente, o relato do Padre Miguel de Carvalho de 1697 relaciona ao menos 37 povos indígenas nos sertões piauienses¹. Segundo tal relato, tais grupos são somente aqueles que “fazem guerra aos moradores

¹ Aroaquizes, Carapotangas, Aroquanguiras, Nongazes, Precatis, Acuruás, Rodeleiros, Beijudos, Bocoreimas, Cupequacas, Cupireches, Gutamês, Goias, Anicuás, Aranhês, Goarás, Corerás, Aititeteus, Abetiras, Beirtes, Macamasus, Tremambés, Anassus, Alongás, Amás, Ubates, Meatãs, Jendóis, Icós, Uriús, Corsias, Lanceiros, Araiês, Acumês, Coaratizes, Jaicós, Cupinharós.

da freguesia de N. Sra. Da Vitória do Sertão do Piauí”, havendo diversas outras “no circuito dessa freguesia de que não se sabe o nome” (Carvalho, 1697 como citado em Ennes, 1938). Entretanto, como assinala Mott (1987) muitas das etnias arroladas por Carvalho estariam estabelecidas em bacias hoje integrantes dos Estados limítrofes: Ceará e Maranhão. Não obstante os mecanismos de resistência aqui discutidos, a conquista da grande parte dessas populações foi realizada de forma muito rápida e violenta, assim como em outras capitanias do território. Aires de Casal relaciona o “sucesso” dos conquistadores a características geográficas do território.

O terreno desta província era possuído por várias nações geralmente pouco numerosas, cuja redução, ou repulsa, não custou tanto tempo, nem tantas fadigas e dispêndios de cabedal e gente, como as doutras de menor extensão; concorrendo muito para isto a falta de grandes bosques e serranias, que servem de refúgio aos selvagens, e de obstáculo aos conquistadores em outras (Aires de Casal, 1976, p. 291).

No Sudeste do Piauí o grupo indígena mais citado pela documentação histórica são os Pimenteiras, assim denominados por ocuparem a região que a cartografia da época denominava de Sertão de Pimenteiros (Oliveira, 2007). O trabalho de Negreiros (2011) localizou ali onze fazendas coloniais. Parte dos indígenas da região foi absorvida pela sociedade, assumiu identidades camponesas e se dedicou por exemplo a exploração da maniçoba, complementando seu sustento pela caça e habitando os abrigos existentes na área que hoje corresponde ao Parque Nacional Serra da Capivara até a sua fundação e desapropriação (Godoi, 1999). No município de São Brás a cerca de 40 km de São Raimundo Nonato encontram-se urnas funerárias frequentemente durante obras de escavação no centro da cidade. Tais evidências indicam que a cidade foi erigida sobre uma aldeia ou cemitério indígena (Maranca, 1991).

O litoral piauiense por sua vez, tem sido ocupado desde pelo menos 500 anos A.C, como evidenciam diversos sítios sobre dunas na região (Freitas, 2016). Baseada em evidências etnohistóricas Freitas (2016) associa os fragmentos cerâmicos encontrados em um desses sítios, o sítio Seu Bode, a grupos Tremembé, que teriam se estabelecido ali pelo final do século XVI.

Ao arrolar os vilarejos existentes na capitania do Piauí Aires de Casal (1976) descreve a Aldeia de São Gonçalo do Amarante. Ele aponta a fertilidade das terras onde está situada a aldeia, entretanto indica que o seu desenvolvimento se limita pela preguiça dos indígenas que ali viviam. É possível vislumbrar nessa área atualmente uma

vegetação de transição entre o cerrado e caatinga com presença de chuvas abundantes, e uma vegetação que inclui árvores como jatobá, pequizeiro e faveira, o que a diferencia bastante do semiárido piauiense com poucos meses de chuva anuais e presença dominante da vegetação arbustiva de caatinga. A presença de riachos de regime perene também favorece a sua ocupação. Ainda segundo Aires de Casal:

São Gonçalo de Amarante, (é) aldeia e paróquia de índios, situada num terreno escolhido e fecundo, onde outro povo laborioso, fazendo florescer a agricultura, podia viver em abundância, e ser rico. Fica cinco léguas arredada da embocadura do Canindé, e obra de vinte ao norte da capital. Foi fundada pelos anos de 1766 para habitação de novecentos Gueguês, que ocupavam o terreno onde o Parnaíba tem as suas cabeceiras, e mil seiscentos Acroás, que viviam mais para o meio-dia. Passado algum tempo, todos desertaram; porém, indo-se-lhes ao alcance, foram de novo conquistados, e restabelecidos no mesmo lugar onde hão ido sempre em decadência (Aires de Casal, 1976, p. 296).

O ALDEAMENTO DE SÃO JOÃO DE SENDE

O aldeamento de São João de Sendé foi fundado em 1765 a oito léguas de Oeiras, com 434 índios Gueguê, por João do Rego Castelo Branco, por ordem do então governador do Piauí João Pereira Caldas. Os Gueguê vinham fugindo há quase cem anos das frentes colonizadoras. Oriundos do São Francisco teriam se acomodado por último nas proximidades dos rios Uruçui, Prata e Baixo-Gurguéia. No episódio em que foram encurralados pelos homens da Casa da Torre, Nunes (1975) narra que pelo menos 400 índios foram mortos. A implantação do aldeamento, distante do local de origem desses índios, objetivou dificultar a sua fuga.

Tendo surgido posteriormente a lei que determinou a expulsão dos missionários jesuítas, São João do Sendé foi administrado durante quase toda a sua existência por João do Rego Castelo Branco, tendo por auxiliar seu filho Félix do Rego Castelo Branco. Miranda (2005) narra inclusive, com base em documentação disponível no Arquivo Público do Piauí, a dificuldade que existiu na época em designar um capelão para este aldeamento. Sua existência teria se estendido durante pouco mais de vinte anos. O mesmo autor indica que mesmo após a extinção do aldeamento seu último administrador teria ficado responsável pelos seus bens móveis e imóveis até 1792, que após essa data teriam sido doados a particulares.

A prática incentivada pela coroa de ceder indígenas aldeados a colonos para aprenderem diversos ofícios, contribuiu para a sua dispersão e despovoamento do aldeamento. Apesar de tal iniciativa teoricamente buscar a inserção dos indígenas aldeados na sociedade, na prática acabou se tornando mais uma variação de trabalho compulsório.

Os índios Gueguês que ainda restaram foram removidos para o Aldeamento de São Gonçalo do Amarante, onde ficaram juntos dos seus desafetos os Acoroás ou Acroás que lá estavam aldeados.

4 RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Durante as prospecções oportunísticas realizadas nas imediações de Tanque do Piauí-PI foram identificados sítios e ocorrências arqueológicas em pelo menos quatro localidades distintas:

São João de Sene – Há poucos quilômetros do município de Tanque do Piauí, existe uma localidade chamada São João do Sene (sem o “d”, em provável corruptela do nome do aldeamento do século XVIII). A literatura tem indicado esse lugar como tendo abrigado o aldeamento (Miranda, 2005; Oliveira, 2007). Identificou-se no povoado um muro ou cerca de pedra com vários metros de comprimento, e pouco mais de um metro de altura. Existe uma casa logo em frente, onde reside um dos moradores mais antigos da região, o Sr. Dito. Embora, este senhor seja uma das pessoas mais céticas a respeito da existência da povoação indígena na região, conta que as estruturas já estavam ali desde que ele era criança (Figura 2).

Figura 2

Cerca de Pedra por trás da casa de Seu Dito (Povoado São João de Sene).



Acervo PET-Arqueologia/UNIVASF (2018).

Estruturas como essas foram produzidas em diferentes localidades rurais no Brasil, e possuem perfil técnico variado como apontam Ferreira e outros (2017). Sua finalidade e origem também foi bastante diversificada, e pode ser atribuída ao trabalho escravo nas fazendas coloniais do Nordeste, e à escassez de madeira nas regiões de caatinga. No Piauí podem ser encontradas estruturas semelhantes nos municípios de São João do Piauí e Brejo do Piauí, onde além das cercas a matéria rochosa foi utilizada nas paredes de edificações.

As estruturas de São João de Sene possuem técnica construtiva similar, são basicamente muros de pouco mais de um metro de altura formados pela sobreposição de blocos que afloram localmente. Há certamente, vários blocos que se desprenderam pela força das intempéries. Relatos atuais indicam que há muitos anos, quando não se tinha consciência da importância do local, blocos foram retirados para utilização em baldramas de residências. A segunda estrutura de pedras existente que foi indicada pelos nossos colaboradores como “casa dos jesuítas/franciscanos”, não se trata de uma construção linear - muro/cerca, possui formato retangular, exibindo dois fechamentos em L que permitem delimitar uma parte da construção original e até uma possível compartimentação (Figura 3).

Figura 3

Compartimentação nas estruturas.



Angical (Sítio Roça do Seu Zé Pequeno e Sítio Roça do Filho do Seu Zé Pequeno) – Foram encontrados nesses dois sítios, praticamente contíguos, duas pequenas vasilhas sem decoração e dois fragmentos de cachimbo, sendo um forninho com decorações incisas e um fragmento de tubo com o mesmo tipo de decoração. O plantio de milho, muito denso na área, dificultou uma exploração mais ampla. Após a colheita será possível a realização de uma prospecção extensiva (Figura 4).

Figura 4

Materiais arqueológicos do sítio Roça do Seu Zé Pequeno.



Rancharia (Sítio Rancharia) – Consiste em uma oficina lítica de superfície com diversos artefatos de sílex provavelmente exógeno, já que não se identificou nas redondezas afloramentos. Nossos interlocutores, moradores da localidade, indicam que

teria existido na área um antigo cemitério e/ou acampamento indígena. Não foram evidenciados ali, entretanto, fragmentos cerâmicos em superfície, o que não invalida a hipótese de os indivíduos terem sido depositados diretamente no solo. Como não houve cultivo aparente na área, com solo bastante compactado e aparentemente pouco fértil, outros remanescentes arqueológicos podem não ter sido revolidos para a superfície.

Ferreiro – Na localidade existe atualmente um plantio de milho, porém menos denso do que o de Angical, de modo que foi possível fazer o reconhecimento da área. Existem ali ruínas de uma casa de tijolos batidos, provavelmente da primeira metade do século XX. Há cerca de 10m da casa encontram-se alguns fragmentos de cerâmica esparsos, um dos quais com pintura, além de fragmentos de telha colonial. Os moradores do local contam que há vários anos, por volta da década de 1980 uma equipe de arqueólogos teria retirado dali várias urnas funerárias. Infelizmente, não foi possível localizá-las, e nem mesmo identificar quem foram os supostos arqueólogos responsáveis pela retirada.

5 DISCUSSÃO

Embora o aldeamento tenha sido durante toda a sua existência administrado por leigos, o imaginário popular indica que grande parte das estruturas encontradas na localidade teria sido edificada pelos religiosos, jesuítas e/ou franciscanos. Durante os vinte anos de duração Miranda (2005) relata a dificuldade existente para encontrar capelões para os aldeamentos de São João de Sendé e S. Gonçalo do Amarante. Apenas em 1768, três anos depois da sua fundação, São João de Sendé recebe o franciscano, Manuel de Santa Catarina removido do Aldeamento Cajueiro. O Frei Francisco Tavares o substitui em 1773.

Propomos uma breve reflexão sobre os objetivos que existiram por trás da fundação desses dois aldeamentos: São João de Sendé e São Gonçalo do Amarante, que embora não discutidos com a mesma profundidade, compartilhavam de uma mesma lógica existencial. O homem que os criou é tratado na literatura como um dos maiores assassinos de indígenas do período colonial no nordeste brasileiro: João do Rêgo Castelo Branco (Nunes, 1975; Oliveira, 2007). No bojo do Diretório dos Índios, se dissipa o objetivo primordial da criação das missões e aldeamentos, a catequização e amansamento dos indígenas, São João de Sendé e São Gonçalo do Amarante estiveram por vários anos desprovidos de sequer um pároco que pudesse celebrar missas no local. Um dos outros vieses relativos à existência dos aldeamentos: o

‘educativo’ parece ter sido promovido de maneira bastante distorcida, na medida em que, como relatado anteriormente, muitos índios cedidos a colonos para serem aprendizes de ofício, apesar do descontentamento aparente do Governador, acabavam se tornando vítimas do trabalho compulsório. Por outras vezes eram solicitados para serem servos pessoais de autoridades e nobres, sendo por isso remunerados apenas com o suficiente para sua alimentação como destaca Mott (1987). Dessa forma, é possível perceber minimamente que interesses obscuros podem ter motivado João do Rego Castelo Branco a se afastar da perseguição encampada a outros grupos indígenas na região, ainda que tenha liderado a caçada contra os Pimenteiras em 1779 (Oliveira, 2007). Além disso, por se tratar de figura muito bem quista pelo Governador da Capitania, por seus préstimos no trabalho de ‘limpeza’, deveria ser extremamente temido pelos indígenas cativos no aldeamento. Podemos ainda ao menos desconfiar da “dificuldade” relatada pelo governador piauiense em indicar um religioso para atuar nos aldeamentos. Haja vista que a presença de um religioso no local poderia não ser adequada aos interesses de João do Rêgo, bem como das demais autoridades que usufruíam da mão de obra indígena.

Tendo durado apenas pouco mais de vinte anos e sendo descrito como um lugar extremamente humilde com apenas umas poucas cabanas e alguns “índios desajustados” (Spix & Martius, 1968), de acordo com a historiografia, São João do Sende teve pelo menos três edificações: uma escola, uma igreja com torre e a casa do capelão (Miranda, 2005). É possível que as estruturas mapeadas correspondam a algumas dessas edificações. Identificamos, por exemplo, uma estrutura com paredes caídas anexa a um cemitério, remetida pelos moradores atuais a “igreja dos índios”. O cemitério, cujas sepulturas mais recentes datam da década de 1970, possui também sepulturas aparentemente bem mais antigas, sinalizadas apenas com pedras e cruzes de madeira ou ferro de modo que, o cemitério pode ter servido aos moradores do aldeamento, e sido reutilizado por moradores da região em períodos mais recentes, ou até mesmo usado ininterruptamente até por volta da década de 1970.

Finalmente, espera-se que escavações futuras possam identificar com mais clareza os usos atribuídos as estruturas identificadas, apesar do relato de que “os bens móveis e imóveis foram doados a particulares” após a extinção do aldeamento, o que pode ter removido parte do registro material original.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a participação indígena na história colonial do nordeste brasileiro tem sido narrada quase que exclusivamente por documentos do período. Escritos por autoridades, colonos, mercenários a serviço da coroa e religiosos, esses documentos atribuem as populações indígenas um papel de inimigo do progresso. Pior, em geral, os nativos são retratados como um obstáculo para a empresa colonial, sobretudo aqueles que resistiam a domesticação imposta pelos ocupantes europeus, fazendo constantes guerras aos colonos.

Nessa perspectiva os aldeamentos foram uma alternativa para os povos indígenas que eram perseguidos e viviam em constante conflito com os colonos. Cada vez mais a historiografia tem matizado um suposto aspecto de resignação que teria existido nos aldeamentos coloniais. Aceitar a redução nos aldeamentos foi certamente uma estratégia de resistência para que as populações indígenas assegurassem a sua sobrevivência. Ainda a vida ali foi repleta de conflitos nos quais os indígenas se posicionaram categoricamente não aceitando os maus tratos a eles impostos, se esforçando para manter suas crenças e resistindo, por exemplo, em atuar como soldados da coroa contra povos irmãos.

No Sudeste do Piauí após a dissolução dos aldeamentos os indígenas e seus descendentes foram agregados a sociedade local, assumindo outras identidades: cabocla, sertaneja. Suas histórias, entretanto, se proliferaram no imaginário popular. Um dos relatos que mais se repete é o de que “minha avó foi pega a dente de cachorro”, discurso comum entre os moradores das localidades relacionadas a presença indígena no período colonial (Oliveira, 2007; Macedo, 2012). Nos aldeamentos, os homens adultos costumavam sair ou serem cedidos para servir autoridades ou para realizarem trabalhos diversos. Mulheres e crianças podem ter ficado desprotegidas das crueldades dos colonos, de modo a serem sequestradas ou até mesmo entregues a pessoas que se propunham a cuidar, educar e catequizá-las, mas que tinham por elas interesses escusos.

Por outro lado, a distância temporal dos documentos que versam sobre as ocupações indígenas nesse estado, assim como o apagamento das identidades indígenas atuais, contribuem para uma romantização da história indígena local. Personagens como o Cacique Bruenque e o líder fugitivo Mandu Ladino dão nome a ruas, praças e monumentos, numa espécie de mitigação a devastação promovida pelos

agentes da colonização, construindo-se nesses “personagens” narrativas heroicas, cuja comprovação pode ser apenas parcialmente assegurada (Miranda, 2010).

Para além das novas histórias que têm sido desveladas nos acervos de documentos históricos, a arqueologia é uma fonte quase inexplorada nessa região, mas que pode também dar importantes contribuições para uma melhor compreensão das relações entre os diferentes agentes inseridos na colonização. Suas potencialidades adentram o cotidiano dessas populações e podem oferecer um contraponto ao quadro pintado pelas elites detentoras do poder da escrita.

A inexistência de modelos de aldeamentos escavados no Nordeste aponta para a necessidade de se explorar os sítios arqueológicos identificados em Tanque do Piauí. Fora as pesquisas em sítios Guarani no Sul do Brasil, esse tipo de contexto tem sido ainda pouco investigado. Souza (2017) remete essa escassez de estudos a baixa visibilidade dos sítios arqueológicos testemunhos desse período, contudo grandes estruturas existentes no Nordeste como os muros ou cercas de pedras aqui evidenciados podem delimitar áreas ocupadas pelos indígenas aldeados e seus tutores e fornecer modelos para análises comparativas.

Uma abordagem aprofundada desses sítios certamente contribuirá para um melhor entendimento das relações existentes entre indígenas e outros setores da sociedade colonial, bem como da dinâmica e trajetória de ocupação dos aldeamentos.

AGREDECIMENTOS

Agradecemos a equipe de bolsistas do PET-Arqueologia (Univasf), à prefeitura municipal de Tanque do Piauí, aos nossos colaboradores em Tanque do Piauí e São João de Sene, e ao Ministério da Educação (MEC) e Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por apoiarem esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Aires de Casal, M. (1976). *Corografia Brasílica*. Editora Itatiaia.

Almeida, M. R. C. de. (2001). Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. (6)12, 51-71.

Carvalho, F. R. (n.d.). *São João de Sene: A igreja do nosso tempo (homenagens)*. Literatura de cordel.

Costa, A. R. (2015). *VALE DO JACARÉ: paisagem e patrimônio arqueológico no município de Regeneração, Piauí, Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí].

Dantas, B. G.; Sampaio, J. A. L., & Carvalho, M. R. G. de. (1992). Povos indígenas do Nordeste: um esboço histórico. Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos Índios do Brasil*. Companhia das Letras.

Ennes, E. (1938). *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. Companhia Editora Nacional.

Ferreira, J. A.; Freitas, M. M. M. X. G.; Souto Maior, P. M. (2017). Além da pedra: utilização de rochas em alvenarias nas zonas rurais no nordeste do Brasil, séculos XVII ao XX. *Fundamentos*. (V)19, 12-43.

Freitas, J. (2016). Vestígios da existência: entre cacos e conchas. Dias, C. M. M & Santos, P. de S. (orgs.). *História dos Índios do Piauí*. 2ª edição. EDUFPI.

Godoi, E. P. de. (1999). *O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. Editora da Unicamp.

Macedo, R. (2012). *As trilhas da morte no Sertão Pimenteiras-PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. [Dissertação de mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco].

- Medeiros, R. P. de. (2002). Povos indígenas do Sertão Nordestino no período colonial: descobrimentos, alianças, resistências e encobrimento. *Fundamentos*. (2)7-53.
- Mott, L. (1987). Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770. *Revista de Antropologia*. (30, 31 e 32), 55-78.
- Miranda, R. (2005). *A ferro e fogo*. Edição do autor.
- Miranda, C. (2010). *História dos índios do Piauí*. Editora Nova Aliança
- Nunes, O. (1975). *Pesquisas para a história do Piauí*. (volume 1, 2ª edição). Editora Artenova.
- Oliveira, A. S. N. de. (2007). *O Povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. [Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco].
- Pessis, A. M. (2003). *Imagens da Pré-história*. Fumdam.
- Pires, M. I. da C. (2002). *Guerra dos Bárbaros*. Editora Universitária.
- Souza, M. A. T. de. (2017). A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*. (30)1, 144-153.
- Spix, J. B., & Martius, C. F. P. Von. (1968). *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Editora Melhoramentos.
- Negreiros, R. M. B. (2011). *As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769 1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. [Dissertação de mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco].